



**Pró-Reitoria De Pós-Graduação, Pesquisa E Inovação
Especialização Em Linguagens Artísticas, Cultura E Educação
Campus Nilópolis**

Sheila Suzane Pereira Da Silva

JONGO DE PINHEIRAL: e a difícil missão de ser cultura popular

Nilópolis – RJ
2014

Sheila Suzane Pereira Da Silva

JONGO DE PINHEIRAL: e a difícil missão de ser cultura popular

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de especialista em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Neder

Nilópolis – RJ
2014

Sheila Suzane Pereira da Silva

JONGO DE PINHEIRAL: e a difícil missão de ser cultura popular

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como parte dos
requisitos necessários para a
obtenção do título de especialista em
Linguagens Artísticas, Cultura e
Educação.

Data da Aprovação: março de 2014

Prof. Dr. Álvaro Simões Correa Neder
IFRJ – Campus Nilópolis

Prof. Dr. Jorge Luís Pinto Rodrigues
IFRJ – Campus Nilópolis

Prof. Dr. Fernando Ribeiro
Gonçalves Brame
IFRJ – Campus Nilópolis

Nilópolis – RJ
2014

AGRADECIMENTOS

A todas as energias positivas do cosmos que se manifestaram ao meu favor. A insistência e paciência do meu orientador e de meus amigos, Priscila Moraes e Thaís Basílio, que não me deixaram desistir de concluir esse trabalho nas inúmeras vezes em que pensei em jogar tudo para o alto. Agradeço ao carinho do grupo Jongo de Pinheiral por sempre ter me acolhido tão bem em todas as vezes que eu estive lá, por terem me dado a oportunidade de ter contato com os mais diversos atores e ocasiões fundamentais para a reflexão desse trabalho. Fatinha, Gracinha e Meméia, minha eterna gratidão a vocês, por sempre atenderem as minhas ligações e por todos os cafés da manhã compartilhados. Agradeço ao João Paulo por dividir comigo suas vivências. Agradeço a Mônica Sacramento, Davi Marque e Lucio Enrico pelas incríveis conversas sobre o tema, que enriqueceram meu trabalho. Lucas de Deus pelas inúmeras críticas construtivas. E por fim agradeço a todos os meus colegas que compreenderam minha ausência da mesa do bar durante alguns meses. A todos, gratidão.

Auê, meu irmão café!
Auê, meu irmão café!
Mesmo usados, moídos, pilados,
Vendidos, trocados, estamos de pé:
Olha nós aí, meu irmão café!
(Nei Lopes) – Jongo do Irmão Café

SILVA, Sheila Suzane Pereira da. **Jongo de Pinheiral: e a difícil missão de ser cultura popular.** 31p. Trabalho de conclusão de curso. Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, Nilópolis, RJ, março de 2014.

RESUMO

A pesquisa tem como tema central as dificuldades e obstáculos de se pensar ações de salvaguarda e políticas públicas para as comunidades de cultura popular, buscando entender tal processo a partir da Comunidade Jongueira de Pinheiral, entendida aqui como representante das culturas populares. Para isso, realizo a análise do que vem a ser denominado cultura popular e como é complexa essa definição tendo em vista o surgimento e os autores dessa definição. Discuto também a importância da população negra para a manutenção da cultura de Pinheiral e como o negro e sua cultura é encarado pela sociedade atual. Faço uma breve análise do que é o jongo, suas principais características e mudanças ao longo dos séculos. Em seguida falo sobre o município de Pinheiral e suas principais características socioculturais. Posteriormente falo sobre o Jongo de Pinheiral, sua origem, como surgiu o engajamento político do grupo, a nova geração de jongueiros e as ações de salvaguarda atuais na comunidade. Por fim, analiso as ações voltadas para a cultura e a ausência de ações realizadas no campo social. Busco, com isso, compreender como a comunidade Jongueira de Pinheiral entende e acessa o Estado e suas políticas, buscando identificar quais são as estratégias desenvolvidas pela Comunidade para ter esse acesso e quais as barreiras e desafios encontram para isso.

Palavras-chave: Cultura Popular, Jongo, Pinheiral, Comunidades Tradicionais.

SILVA, Sheila Suzane Pereira da. **JONGO DE PINHEIRAL** – e a difícil missão de ser cultura popular. 31p. Trabalho de conclusão de curso. Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, Nilópolis, RJ, março de 2014.

ABSTRACT

The research is focused on the difficulties and obstacles of thinking safeguard actions and public policies for the communities of popular culture, searching to realize such process in the Jongueira de Pinheiral Community, understanding the community as a representative of popular cultures. To do this, I performed the analysis of what comes to be called popular culture and how complex this definition is in view of the emergence and the authors of this definition. I also discussed the importance of the black slave in maintaining Pinheiral's culture and how black people and their culture is viewed by society today. A brief analysis is made about what jongo is, its main characteristics and changes over the centuries. After that, the municipality of Pinheiral is discussed, and its main socio-cultural characteristics are mentioned. Subsequently; I analyze the Jongo at Pinheiral, its origin, how the political engagement of the group stemmed, the new generation of jongueiros, and the current safeguarding actions taken by the community. Finally, I analyze the actions directed to culture and the absence of actions performed in the social field. I therefore, search to understand how the Jongueira de Pinheiral community understands and accesses the State and its policies, looking forward to identifying what the strategies developed by the Community are, and having that access and what the barriers and challenges to them are.

Keywords: Popular Culture, Jongo, Pinheiral, Traditional Communities.

SIGLAS

MinC – Ministério da Educação

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

CREASF – Centro de Referência de Estudos Afro do Sul Fluminense

FNC – Fundo Nacional de Cultura

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

FUNDAC – Fundação Cultural do Piauí

IFRJ – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. NO LIMPO LIMPO MEU CARRO TOMBOU, NA MATA VIRGEM MEU CARRO CARREOU - CULTURA POPULAR E O DESAFIO DE UMA DEFINIÇÃO.....	2
3. NÃO CHORA COURO NEGRO, CATIVEIRO TÁ AÍ – A ESTIGMATIZAÇÃO DA CULTURA DO NEGRO.....	5
4. GALO CANTÔ, INDA É MADRUGADA, JONGO NÃO É REZA E NEGRO TÁ DE CAÇOADA - O JONGO.	7
5. ÀS MARGENS DO PARAÍBA EM PINHEIRAL, MEU CAXAMBU RESPONDE – PINHEIRAL-.....	10
6. PEÇO LICENÇA A DEUS, PRA SARAVÁ TERRA QUE EU PISO, SARAVÁ TERRA QUE EU PISO – O JONGO DE PINHEIRAL.....	11
7. COM TANTO PAU NO MATO EMBAÚBA É CORONEL– JONGO DE PINHEIRAL E SUA POSTURA POLÍTICA.....	15
8. NO VARJÃO DE PINHEIRAL, JACARÉ TÁ DANDO CRIA– SALVAGUARDA DO JONGO EM PINHEIRAL.....	18
VOU CAMINHANDO DE VAGAR, SOU VELHO NEGRO CANSADO - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS	26
ANEXOS	28

1. INTRODUÇÃO

Na trajetória dessa pesquisa, considero relevante minha experiência prévia de vivência em manifestações de cultura popular durante os últimos quatro anos. Muitas ideias desenvolvidas e cogitadas neste trabalho surgiram a partir da participação em rodas de dança de cultura popular em diversos pontos do Rio de Janeiro e conversas informais com brincantes e mestres populares nos mais variados momentos. Através dessa minha imersão nas rodas de cultura popular, pude presenciar uma grande riqueza de opiniões e uma grande diversidade política e cultural. Essa diversidade se dá através da interação entre os diversos atores nos âmbitos social, ético, étnico-racial e cultural.

Apesar da distância geográfica que separa Pinheiral da capital do RJ, a região não está alheia às influências e as políticas culturais praticadas pelo estado, que não levam em conta, muitas vezes, as peculiaridades das manifestações tradicionais. Os saberes populares da comunidade jongueira de Pinheiral, bem como a lógica de sua cultura, seus desejos e necessidades, não são devidamente acolhidos e compreendidos pelo Estado. Um Estado que possui uma estruturação e trabalha com valores muito diferentes dos praticados nas comunidades tradicionais. Entretanto, é o Estado quem está na posição de impor iniciativas de pesquisa, salvaguarda e produção de políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais. Tal situação faz com que algumas iniciativas venham a não atender aos interesses dessas comunidades. Por essas razões, julguei essencial compreender como a comunidade jongueira de Pinheiral é atingida e acessa as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.

Outro fato interessante que esse trabalho nos mostra é como a comunidade jongueira de Pinheiral zela pela forma como a tradição do jongo é passada. Ou seja, a preocupação que a comunidade tem em não deixar que o jongo seja encarado como mera manifestação folclórica, mas sim como parte fundamental da história da construção da cidade de Pinheiral. A comunidade jongueira afirma que o jongo é parte indissolúvel da história e da construção da cidade de Pinheiral e zela para que tal informação seja repassada e afirmada pelos mais novos.

Intitulo a cada capítulo com pontos¹ de jongo que refletem criticamente sobre a visão e a relação da comunidade frente a questões raciais, sociais, culturais, as instituições do poder público, o mercado e a cultura. Com tais citações pretendo, de forma geral, mostrar como as questões tratadas neste trabalho estão ilustradas nos

¹ Nome dado as cantigas entoadas nas rodas de jongo

discursos dos ancestrais da comunidade jongueira de Pinheiral. Esses pontos de jongo refletem através de sua linguagem cotidiana as relações a que estão sujeitos, revelando muitas vezes um contexto racista, excludente e colonizado.

2. “NO LIMPO LIMPO MEU CARRO TOMBOU, NA MATA VIRGEM MEU CARRO CARREOU”² - CULTURA POPULAR E O DESAFIO DE UMA DEFINIÇÃO

A cultura popular tradicional é ainda entendida como uma manifestação ingênua e não nobre, desprovida de notoriedade entre a grande mídia e não raro enquadrada como manifestação folclórica de caráter mítico generalizador. Mediante a análise da dinâmica das comunidades que produzem cultura popular, como a comunidade jongueira de Pinheiral, percebemos o quão difícil é classificá-las e dimensionar seus elementos constituintes, uma vez que estes estão em constante processo de mudança e sofrendo influência de diversos fatores externos. Como afirmado pela filósofa Marilena Chauí (Chauí 1989, p.09-10):

A expressão Cultura Popular, como já foi bastante observado é de difícil definição. Seria a cultura *do* povo ou a cultura *para* o povo? A dificuldade, porém, é maior se nos lembrarmos de que os produtores dessa cultura – as chamadas classes ‘populares’ – não a designam com o adjetivo ‘popular’, designação empregada por membros de outras classes sociais para definir as manifestações culturais das classes ditas ‘subalternas’. Assim, trata-se de saber quem, na sociedade, designa uma parte da população como ‘povo’ e de que critérios lança mão para determinar o que é e o que não é ‘popular’.

Notamos que quem define o que será chamado de popular, não são os que vão pertencer a essa nova classe, mas sim os que não vão pertencer. Essa relação é instigante e inquietante pois nos coloca a refletir se de fato essa classe abrange as características dos sujeitos que a ela vão pertencer e se os representa. O antropólogo Denys Cucche reflete sobre a necessidade de distingui-los dos demais, quando discorre sobre cultura e identidade: “O argumento de sua marginalização (dos grupos subalternos) e até de sua transformação em minoria vem do fato de que eles são muito diferentes para serem plenamente associados à direção da sociedade” (CUCHE, 1999, p.187). Com essa afirmativa de Cucche percebemos que há a necessidade de uma classificação que diferencie os sujeitos e seus modos de fazer. No entanto essa diferenciação tem caráter pejorativo e o propósito de separar ou isolar determinado grupo. O sociólogo da

² Jongo do Mestre Cabiúna. (José de Oliveira, mestre cabiúna, foi uma liderança jongueira em Pinheiral na década de 60 e é autor de grande parte dos pontos de jongo da comunidade de Pinheiral)

educação Tadeu da Silva (2002, p.81) discorre sobre o assunto e instiga a pensar um pouco mais acerca do tema, quando argumenta que “a afirmação de uma identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais [...] de garantir acesso aos bens culturais”. Quando se estabelece e compreende as diferenças fica evidente que o grupo que sofreu a diferenciação não é atingido da mesma maneira que os demais. Essa distinção e classificação se torna fundamental para pleitear novos meios de acesso a bens e serviços sociais e culturais.

Percebemos, então, que a classificação de grupos culturais vai além de simples nomenclatura, está implícita uma ação muito mais densa e complexa, pois essa identificação marca sua posição em relação a “um outro”. A cultura popular não dá conta de aglutinar a multiplicidade de significados que comunidades tradicionais e artistas populares dão às suas manifestações, mas dá conta de ser uma categoria que permite que outros grupos sociais e instituições traduzam tais práticas para um conceito que compreendem. Assim, a denominação “cultura popular” tem uso estratégico em diversos meios, como na demanda por políticas públicas frente ao Estado, em documentos oficiais do Estado, em discursos de gestores/as públicos, nos projetos de produtores culturais, na programação de festivais e centros culturais. Observamos a apropriação da expressão também nas cantigas e falas dos próprios grupos populares como sendo representantes da cultura popular, nas propostas estéticas de artistas de diferentes estilos e ainda nos discursos e expressões artísticas de grupos de classe média que se intitulam como grupos de cultura popular.

A expressão “cultura popular” dialoga também com dicotomias como tradição e modernidade, povo e elite, negros e brancos, indivíduo e cultura, civilização e barbárie, rural e urbano. Todas estas dicotomias perpassam em diversos momentos a divisão entre uma cultura erudita letrada e representante superior do progresso nacional com uma cultura popular (oral e representante inferior de um passado tradicional em desaparecimento) que raramente é reconhecida como equivalente da primeira em complexidade e em capacidade de produção de conhecimento (Chauí, 1989). Por estas questões acredito ser importante tentar perceber como a complexidade de definição e delimitação do que se chama de cultura popular se reflete hoje na ação, no discurso, na produção do Estado, da academia, das elites artísticas e dos próprios grupos autodeclarados como pertencentes a cultura popular.

Vivenciamos um momento histórico de celebração da diversidade cultural e de formulação e implementação de políticas culturais que englobam leis de incentivo,

políticas de registro, inventário e salvaguarda do patrimônio, e ações de proteção e promoção da diversidade cultural. Nesse sentido, torna-se também um desafio a definição de cultura popular com a função de racionalizá-la em planos, atos administrativos e normas do Estado que explorem as possibilidades políticas que a categorização de cultura popular permite.

No contexto desse trabalho, observo que essas tentativas de definições me fazem perceber que a manifestação enquadrada na categoria de cultura popular, como o jongo de Pinheiral, faz referência aos sujeitos coletivos que sofreram e sofrem as consequências simbólicas e materiais por serem categorizados enquanto tal. Este conceito classifica certos grupos e define para eles lugares de fala e de ação política em relação a outros grupos. Esses grupos, em contraposição às elites, tornam-se grupos marginalizados, sobretudo nas dimensões social, racial e geográfica.

Há uma resposta a essa postura na atualidade por parte dos grupos populares através de articulações e encontros como, por exemplo, a Rede de Culturas Populares e Tradicionais. A rede foi criada durante o II Seminário de Políticas Públicas para as Culturas Populares organizado pelo MinC em 2006. A Rede de Culturas Populares e Tradicionais é formada por representantes do Estado e das próprias culturas populares e propõe diálogo entre a sociedade civil, gestores, instâncias de participação social e sociedade em geral no campo das culturas populares e tradicionais para a promoção de um novo ciclo de políticas e ações de valorização e promoção das expressões da diversidade cultural. Em janeiro de 2012 foi divulgada a Carta de Princípios da Rede de Culturas Populares, que traz uma definição de culturas populares, a saber:

Culturas Populares são um conjunto rico e heterogêneo de expressões simbólicas, relações econômicas e articulações políticas. Este complexo é constantemente criado e recriado pelos indivíduos, grupos e comunidades que as praticam em sua relação dinâmica com a natureza e com a sociedade. São ainda portadoras de referências estéticas e afetivas importantes para a construção de identidades locais, regionais, nacionais ou internacionais e, por isso, tendem a ser transmitidas de geração a geração, estruturando-se sobre raízes ancestrais numa temporalidade de média e longa duração histórica. Originadas ou predominantes em grupos rurais, isolados, de regiões em desenvolvimento ou das periferias urbanas – ou seja, representantes de uma classe social desprivilegiada -, tendem a ser invisíveis, incompreendidas e discriminadas pelas elites e, por isso, obtêm pouco reconhecimento das instâncias culturais hegemônicas como o Estado, as escolas e universidades, os espaços consagrados de fruição das artes e os meios de comunicação de massa, que as associa erroneamente ao atraso, à incompletude ou apenas à carência material. Tradicionais e, ao mesmo tempo, contemporâneas, híbridas e diversas, expressão multifacetada da nossa sociedade múltipla, as culturas populares, ao se expressarem, geram tensões e sínteses fundamentais para a compreensão do que é ser brasileiro. (Rede das Culturas Populares e Tradicionais, 2012).

Ainda nessa mesma carta, posteriormente à definição de culturas populares,

encontramos a definição de comunidades tradicionais:

“Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais e que possuem formas próprias de organização social e de expressão cultural, que ocupam territórios de forma temporária ou permanente e usam recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social e econômica, tais como: indígenas, quilombolas, ciganos, ribeirinhos, pescadores artesanais, comunidades de terreiro, dentre outros;”

Ressalto a relevância dessas definições, pois foram criadas com a participação direta de representantes dessas categorias, o que demonstra a capacidade de se autoidentificar enquanto diferente dos demais sujeitos. Quando a diferenciação e definição ocorrem nesse sentido (de se autodenominar e não de denominar o outro) percebo que não há o caráter pejorativo e o propósito de separação ou isolamento do grupo social.

3. “NÃO CHORA COURO NEGRO, CATIVEIRO TÁ AÍ”³ – A ESTIGMATIZAÇÃO DA CULTURA DO NEGRO.

O Brasil apresenta uma população predominantemente negra, pois trata-se de um país onde a escravidão da população negra ocorreu em praticamente todo o território nacional de forma muito intensa. Negros oriundos das mais diversas nações da África aportavam no Brasil para trabalhar nas grandes fazendas de café e cana de açúcar, como relata o sociólogo Reginaldo Prandi:

“Entre os anos de 1525 e 1851, mais de cinco milhões de africanos foram trazidos para o Brasil na condição de escravos, não estando incluídos neste número, que é uma aproximação, aqueles que morreram ainda em solo africano, vitimados pela violência da caça escravista, nem os que pereceram na travessia oceânica. Não se sabe quantos foram trazidos desde que o tráfico se tornou ilegal. Ao longo de mais de três séculos, enquanto a própria nação brasileira se formava e tomava corpo, os africanos foram trazidos das mais diferentes partes do continente africano abaixo do Saara. (Conrad, 1985, pp. 34-43). Não se tratava de um povo, mas de uma multiplicidade de etnias, nações, línguas, culturas. No Brasil foram sendo introduzidos nas diferentes capitanias e províncias, num fluxo que corresponde ponto por ponto à própria história da economia brasileira. A prosperidade econômica estava relacionada a uma intensificação da demanda de mão de obra escrava: não havia a possibilidade do progresso material sem que mais negros fossem importados, pois o trabalho era essencialmente africano e afro-descendente.” (REVISTA USP, São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000)

Apesar da importância da mão de obra africana para a economia do Brasil, como nos revelou Prandi, a construção da nacionalidade brasileira teve como base as ideias e pensamentos em voga na Europa. O que significa dizer que toda a produção intelectual e artística do homem branco, tipicamente europeu, era exaltada e tida como padrão a ser

³ Jongo do Mestre Cabiúna. Pinheiral/RJ

alcançado, enquanto que a cultura produzida pela população negra e indígena era negada e marginalizada. O antropólogo francês Roger Bastide, um dos primeiros professores europeus a ocupar a cátedra de sociologia da recém-criada Universidade de São Paulo, relata que:

“Os sociólogos norte-americanos estudaram muito bem esse puritanismo nos Estados Unidos; viram nele o sinal da ascensão racial, a característica da formação de uma classe média, a linha de separação da plebe de cor, preguiçosa, alcoolizada, supersticiosa, imoral e da aristocracia da raça, instruída, trabalhadeira, vivendo na dignidade e na respeitabilidade. Fenômeno análogo produz-se no Brasil.” (Bastide, 1951, P. 71)

A maneira como a sociedade brasileira encara o negro é equivalente à maneira com que essa mesma sociedade vai encarar toda a produção intelectual e artística oriunda dos negros. Nesse mesmo contexto apontado por Prandi percebemos que o branco é encarado como civilizado e tudo o que ele produz é civilizado, é erudito. O negro é o “outro”, é o povo, é o popular. Seguindo por essa lógica temos que a cultura produzida pelo negro é uma cultura popular e a produzida pela elite branca é uma cultura erudita. Trago essas questões para mostrar que desde o início da história do Brasil, desde quando “nasce” a cultura popular, ela é colocada como inferior. O popular é encarado como algo pejorativo, e portanto não é portador da mesma igualdade que a cultura erudita. Tal reflexão se faz importante, ainda que abordada superficialmente, para entendermos a origem de um povo estigmatizado por sua cor como aborda muito bem o Professor Antônio Ozaí da Silva, em artigo escrito para a revista Espaço Acadêmico no ano de 2004:

A compreensão dos homens–cidadãos atuais e, mesmo, das limitações impostas à enorme parcela da população, excluída econômica e socialmente, exige o retorno às origens históricas. Do contrário, corre-se o risco de *naturalizar* diferenças sociais abissais e de desconsiderar a atividade política dos homens e mulheres não-livres e colocados à margem da sociedade e do Estado. (Revista Espaço Acadêmico, Nº 46 – Setembro de 2004 – Mensal. Ano IV.)

Tudo ao negro é imposto, inclusive a categoria de sua cultura como sendo popular. Os negros que produzem a cultura popular no Brasil não são encarados como sujeitos de direitos. O historiador francês Roger Chartier aborda essa questão durante conferência apresentada em na cidade de Massachusetts, em outubro de 1992:

A cultura popular é uma categoria erudita. Por que enunciar, no começo de uma conferência, tão abrupta proposição? Ela pretende somente lembrar que os debates em torno da própria definição de cultura popular foram (e são) travados a propósito de um conceito que quer delimitar, caracterizar e nomear práticas que nunca são designadas pelos seus atores como pertencendo à "cultura popular". Produzido como uma categoria

erudita destinada a circunscrever e descrever produções e condutas situadas fora da cultura erudita, o conceito de cultura popular tem traduzido, nas suas múltiplas e contraditórias acepções, as relações mantidas pelos intelectuais ocidentais (e, entre eles, os scholars) com uma alteridade cultural ainda mais difícil de ser pensada que a dos mundos "exóticos". (CHARTIER, Roger. "Cultura Popular": revisitando um conceito historiográfico. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, N° 16, 1995, p. 179-192)

A postura de impor, de julgar e decidir o que vai ser erudito e o que vai ser popular, através do olhar e crítica de alguém que se julga superior, passou do Brasil Colônia para o Brasil Império e ainda se apresenta, até os dias de hoje, no Brasil Republica.

A conjuntura histórica analisada nos auxilia a perceber que a cultura popular, a cultura do negro em especial, sempre foi colocada à margem assim como seus fazedores. Todo esse histórico brasileiro contribui para as questões e o cenário da comunidade Jongo de Pinheiral. A partir da Constituição Federal de 1988 e mais recentemente no governo Lula (2002-2010) houve significativo avanço das atuais políticas de governo iniciadas no século XX. Tais políticas reconhecem e legitimam a cultura popular através de editais, leis de incentivo e premiações específicas para o segmento, como por exemplo, a criação do Pontão de Cultura Jongo/Caxambu. Segundo o sítio da internet do Pontão:

“O Pontão de Cultura do Jongo/ Caxambu é um programa desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense, em parceria com dezesseis comunidades jogueiras do Sudeste, e o IPHAN. Enquanto proposta de articulação e fortalecimento das comunidades jogueiras, o programa procura mediar e atender necessidades e demandas das comunidades pertencentes aos "territórios jogueiros". Constitui-se como um campo de investigação sobre a cultura e a identidade negra e sobre a construção de um projeto coletivo de salvaguarda de um bem registrado como Patrimônio Cultural do Brasil.”(sítio eletrônico do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, disponível em:<<http://www.pontaojongo.uff.br/acao-coletiva>>. Acessado em 17 de Novembro 2013).

Mesmo com todo o avanço do pensamento intelectual brasileiro, levaremos ainda alguns anos para que essas atuais medidas consigam de fato equiparar, colocar em igualdade de importância, a cultura popular junto à cultura tida como erudita, que foi forjada em moldes europeus e vestida à força na sociedade brasileira.

4. “GALO CANTÔ, INDA É MADRUGADA, JONGO NÃO É REZA E NEGOTÁ DE CAÇOADA”⁴ - O JONGO

⁴ Jongo do Mestre Cabiúna. Pinheiral/RJ

O Jongo, também conhecido como Caxambu, Tambor e Batuque é descrito nas diversas literaturas, assim como na fala de diversos jongueiros, como uma dança que teve suas origens junto às senzalas das fazendas para onde eram levados os negros de origem banto. Esses negros tinham como destino trabalhar nas fazendas de café e cana-de-açúcar do Vale do Rio Paraíba do Sul, interior do Estado do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e São Paulo (Jongos do Brasil, 2005). Os jongs eram realizados como forma de lazer e comunhão após o dia exaustivo de trabalho e também como forma de planejar fugas e louvar seus ancestrais.

Para dar início ao jongo, os negros escravos armavam uma fogueira e formavam uma roda ao redor dela. A fogueira servia pra espantar o frio e aquecer o couro do tambor para poder ser afinado. Os tambores são elementos fundamentais na roda, pois, ditam o ritmo e junto com as palmas formam a base sonora para o canto dos pontos⁵. Tradicionalmente os tambores são fabricados com troncos de árvores cavados e/ou barricas de vinho coberto com couro de animal. Os tambores são considerados membros participantes da roda, representam a ancestralidade jongueira, a ligação com os antepassados. Em uma roda de jongo faz-se uso de no mínimo 2 tambores – um maior denominado *tambor grande*, *tambu ou caxambu* e um tambor de dimensões menores, o *candogueiro*. Algumas comunidades incorporaram um terceiro tambor, o que não deixa em posição diferente das demais, apenas adquirem uma característica singular.

Segundo a antropóloga Elizabeth Travassos no Dossiê IPHAN 5 - Jongos do Sudeste, publicado em 2007, o jongo é cantado e tocado de diversas maneiras, variando da comunidade onde se é praticado. Podemos citar como exemplo o grupo do Quilombo São José da Serra, que tem por hábito se apresentar utilizando dois tambores denominados *tambú* e *candongueiro*. Em contraponto temos o Jongo de Tamandaré, que lança mão de um número maior de tambores. Essa variante de instrumentos influencia diretamente a forma e o ritmo como os pontos serão apresentados, tornando-se assim mais um elemento que contribuirá para a caracterização daquela comunidade.

Durante a dança, um casal por vez, vai ao centro da roda e executa movimentos pelos quais se aproximam e se afastam um do outro, simulando uma *umbigada* - gesto coreográfico que consiste na menção do encontro de umbigos entre o casal. Enquanto o casal no centro da roda dança, outro jongueiro presente na roda entoia uma cantiga.

Os pontos de jongo – que segundo consta no Dossiê IPHAN, 2007, é a expressão

vocal do jongo – em geral são improvisados e têm a função de contribuir com a dinâmica da roda, fazendo com que ela tenha início, meio e fim. Os pontos são classificados de acordo com os efeitos que produzem na roda e a dinâmica que criam entre os participantes. Dessa forma temos os chamados pontos de abertura, que têm o objetivo de dar início à roda, os pontos de visaria que alegram os dançarinos e comentam fatos do cotidiano, os pontos de desafio ou *gurumenta* que prestam-se ao desafio de outros participantes da roda, e o ponto de despedida, que são entoados para encerrar a roda. O ponto de jongo é um dos meios pelo qual se comenta a vida cotidiana, o presente e o passado. As metáforas das letras de jongo permitiam que seus praticantes se comunicassem de forma que os capatazes e senhores não os entendessem, possibilitando fugas e emboscadas.

As crianças, durante muito tempo foram proibidas de entrar na roda. Uma das justificativas da interdição das crianças era o caráter místico da prática e por se acreditar que os pontos de desafio ou *gurumenta* tinham o poder de encantar e até mesmo de matar uma pessoa.

As festas onde ocorrem as rodas de jongo geralmente acompanham o calendário católico e acontecem nos dias de devoção aos santos católicos e em demais datas simbólicas como no dia 13 de maio, nas festas juninas, e recentemente em apresentações públicas (Jongos do Brasil, 2005, pag12). O jongo tornou-se “elemento de afirmação de identidade e resistência cultural para várias comunidades e também espaço de manutenção, circulação e renovação do seu universo simbólico (Dossiê IPHAN 5 - Jongos do Sudeste. 2007, p.11). Em novembro de 2005 o jongo foi proclamado Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – registrado no Livro das Formas de Expressão (Ibidem). No ano de 2011, em ação sancionada pela Assembleia legislativa do Estado do Rio de Janeiro, foi instituído o dia 26 de julho como o dia estadual do jongo, mesma data em que se comemora o dia de Nossa Senhora Santana, santa padroeira de diversas comunidades jongueiras. Apesar de ser uma cultura secular, percebemos que o reconhecimento do jongo enquanto patrimônio que deve ser preservado é recente.

A descrição introdutória que faço aqui não tem a pretensão de tentar definir que o jongo é praticado desta ou daquela maneira, pois não se pode taxar como exclusiva uma prática que tomou diferentes formas ao longo de sua história, variando de acordo com os diferentes grupos, locais e usos. A descrição que trago aqui foi estabelecida a partir das diversas leituras sobre o tema e da observação dos diferentes tipos de comunidades jongueiras.

5. “ÀS MARGENS DO PARAÍBA EM PINHEIRAL, MEU CAXAMBU RESPONDE”⁶ – PINHEIRAL-

Pinheiral é uma cidade localizada no Vale do Paraíba, sul fluminense do estado do Rio de Janeiro, distante 120 quilômetros da capital. Foi emancipada da cidade de Pirai em 1995. Sua história é estabelecida a partir da construção da Fazenda São José do Pinheiro em 1851, de propriedade do Barão de Pirai, que a deixou como herança, por testamento, a seu genro José Joaquim de Souza Breves.

A Fazenda São José do Pinheiro, foi uma das mais suntuosas e prósperas Fazendas de Café do Vale do Paraíba Fluminense, chegando a ter dois mil escravos. A história contada pela população de Pinheiral diz que quando José Joaquim de Souza Breves, dono da fazenda, faleceu em 1879, deixou todos os seus escravos alforriados e doou parte de suas terras para eles. A história oficial, registrada no sítio eletrônico⁷ da prefeitura, diz que José Joaquim de Souza Breves não deixou herdeiros diretos; a Fazenda foi então desapropriada e declarada de Utilidade Pública. Ainda segundo o mesmo site:

“Após 1895, vários ocupantes e pretendentes à posse dos lotes de terra, buscaram regularizar sua situação junto à Inspetoria Geral de Terras e Colonização, adquirindo o domínio útil dos terrenos que já possuíam, ou fazendo novos arrendamentos” (Sítio eletrônico da prefeitura do município de Pinheiral. Disponível em: <<http://www.pinheiral.rj.gov.br/cidade/acervo-historico>> acessado em julho de 2013

As ruínas do casarão, sede da fazenda que deu origem à cidade, ficam nas imediações da atual instalação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ) Campus Pinheiral. Algumas partes do terreno onde se encontram as ruínas tiveram seu acesso limitado por cercas de arame e portinholas, por fazerem parte do terreno onde está atualmente o IFRJ.

Segundo consta no sítio eletrônico Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro

“O casarão de José Joaquim Breves, um dos barões do café, é considerado um dos marcos de Pinheiral, que cresceu ao seu redor. A sede da fazenda dos Breves passou pelas mãos do governo federal, já foi batalhão do Exército e uma das primeiras fazendas do Ministério da Agricultura, onde se formou a primeira turma de veterinários do Brasil. Em 1986, um incêndio de grandes proporções destruiu parcialmente a sede da fazenda. Em 1990, outro incêndio deixou mais destruição. O casarão, que fica próximo ao antigo Colégio Agrícola, está em ruínas.” (Disponível em <<http://mapadecultura.rj.gov.br/pinheiral/ruinas-do-casarao>> Acessado em dezembro 2013).

⁶ Trecho do Jongo Angola Distante – Xandy Carvalho (Professor da disciplina de folclore brasileiro na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Alexandre Carvalho dos Santos é amigo da comunidade Jongueira de Pinheiral e compôs esse ponto de jongo em homenagem ao Jongo de Pinheiral)

⁷ Disponível em: <<http://www.pinheiral.rj.gov.br/cidade/acervo-historico>> acessado em julho de 2013

As lideranças do Jongo de Pinheiral falam com bastante pesar pelo abandono em que se encontram as ruínas do antigo casarão: o local está abandonado, coberto por mato e lixo. Porém, hoje a construção não se encontra mais de pé, depois de dois incêndios de grandes proporções ocorridos em 1986 e 1990. Ainda assim o grupo reivindica esse patrimônio histórico como lugar de memória por se tratar de uma construção erguida por seus antepassados.

Dados do Censo 2010 do IBGE⁸ mostram que a cidade possui um pouco mais de 22 mil habitantes e sua economia é basicamente agrícola, com algumas indústrias de transformação. Pinheiral conserva sua história através de tombamentos arquitetônicos como a antiga Estação Ferroviária, construída em 1870 e que abriga atualmente a Biblioteca Pública.

Meu objetivo em relatar a história de Pinheiral com esse recorte escravocrata é de que possamos começar a compreender determinadas posturas em relação a tradição do jongo na cidade, e o porquê da comunidade jongueira afirmar com tanta veemência que a história de cidade foi construída pelos escravos e seus descendentes.

6. “PEÇO LICENÇA A DEUS, PRA SARAVÁ TERRA QUE EU PISO, SARAVÁ TERRA QUE EU PISO”⁹ – O JONGO DE PINHEIRAL –

O jongo de Pinheiral tem suas origens na tradição jongueira do Vale do Paraíba e dos escravos da fazenda São José dos Pinheiros, que deu origem ao nome da Cidade de Pinheiral/RJ. O Grupo Jongo de Pinheiral é formado por moradores da comunidade que mantém viva esta expressão deixada pelos negros escravizados da Fazenda São José dos Pinheiros. Em meados de 1980, o jongo tornou-se mais presente na vida das “Três Marias”, como carinhosamente as chamo: Maria Amélia, conhecida como *Meméia*, Maria de Fátima, mais conhecida como *Fatinha*; e Maria das Graças, conhecida como *Gracinha*. Essas três irmãs fazem parte do grupo que mantém a tradição do jongo na região, onde grande parte de seus integrantes descende direto de escravos da antiga fazenda São José do Pinheiro. As Três Marias são educadoras e trabalham nas escolas da região. Meméia é diretora da Escola Municipal Maria do Carmo Fadul Ferreira; Gracinha é pedagoga e trabalha na secretaria da Escola Municipal Rosa Conceição Guedes e Fatinha é professora de educação física e dá aula no município de Barra do

⁸ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=330395>> acessado em julho de 2013

⁹ Jongo de abertura – Mestre Cabiúna

Pirai. Fatinha é a coordenadora do grupo, que tem cerca de 35 membros descendentes de mais de quatro gerações de jongueiros .

Em Pinheiral existia a festa do Aterro, lugar onde sempre havia presença de jongueiros. Em toda a festa havia apresentações do jongo que eram lideradas por José de Oliveira, o mestre Cabiúna, como era conhecido. Mestre Cabiúna era figura marcante e sempre presente nas rodas de jongo que aconteciam não só em Pinheiral, mas sua presença também era constante nas rodas de jongo de Barra do Pirai, Vargem Alegre, Arrozal e demais localidades do entorno. Estava sempre acompanhado de seu filho mais novo, Benedito Cabiúna. A participação de mestre Cabiúna nas diversas rodas é cercada por histórias, como as do ponto de jongo que mestre Cabiúna cantava e fazia com que as pessoas que estavam “bagunçando a roda” caíssem. Em conversa com Fatinha ela me relatou a seguinte história:

Tem sempre o pessoal que entrava na roda pra bagunçar a roda, então o seu José cantava uns pontos lá e eles caíam no chão. Todo mundo ia caindo, isso a gente viu! Ele cantava um ponto assim, “Galo cantô, inda é madrugada, jongo não é reza e nego tá de caçoada.” – na hora que ele cantava esse ponto, ah! meu filho, caía nego que estava na roda, aí depois puxava outros e o negócio pegava. Nego não voltava mais. Tinha gente de rolar e saía fora da roda. E o seu Zé era interessante, esse seu Zé Cabiúna, ele podia beber a cachaça que estava no tambor, que fica lá na garrafa, mas se ele saísse dali e fosse beber em barracas de festas de rua ou em bar assim, ele ficava bêbado, passava até mal.

Nos anos 70 do século passado a festa foi extinta e o que era diversão e socialização para a família das três irmãs virou um compromisso. Elas se juntaram ao mestre Cabiúna e seu filho com a intenção de dar continuidade as rodas de jongo que aconteciam nas diferentes partes da cidade, fosse em datas comemorativas ou em simples rodas de fim de semana. Na ocasião seu Francisco Guilherme, um dos integrantes do grupo, assumiu a liderança do grupo que passou a ser União Jongueira de Pinheiral. A União Jongueira acabou por chamar a atenção do movimento negro de Volta Redonda que os apoiou culturalmente e politicamente, principalmente nas questões que envolviam a reivindicação do antigo casarão.

Com a interação com o movimento negro eles ganharam consciência da força política que o jongo poderia ter. Para além do jongo, estava também em questão a luta contra o racismo e a exigência de uma política de reparação por tantos séculos de sofrimento. O grupo percebeu que poderiam externalizar essa força política para transformá-la num instrumento de luta pelos direitos do grupo.

Um número grande de apresentações passou a fazer parte da rotina do grupo, o que exigiu uma maior organização e foi então criado um estatuto e nomearam Francisco Guilherme o presidente do núcleo. Porém eles não conseguiram se constituir como

associação, pois se depararem com muitas questões burocráticas. Tal formalização só veio a ocorrer em 1998, quando Fatinha assumiu a liderança dos jongueiros de Pinheiral e criou a ONG CREASF - Centro de Referência Afro do Sul Fluminense- como referência jurídica para as atividades do grupo e também com o objetivo de continuar a preservação da cultura do jongo e articular outros grupos de cultura popular da região. A iniciativa deu certo e o grupo ganhou maior notoriedade, tornando-se referência e motivo de orgulho para a cidade.

O grupo Jongo de Pinheiral é ponto de cultura desde 2005 e desde 2009 a Casa do Jongo é a sede oficial do Jongo de Pinheiral. A Casa é um espaço alugado e custeado pelo próprio grupo e recebe estudantes, professores e o público em geral com interesse pela cultura afro do Vale do Café. A Casa possui uma pequena biblioteca com diversos títulos em cultura afro-brasileira, e possui cerca de 300 livros. Na Casa do Jongo há uma sala onde estão expostos diversos objetos que constituem o universo do jongo e da história de Pinheiral. Algumas escolas próximas à Casa do Jongo já foram visitar a sede e quando há visita das escolas, é nesse espaço que é contada a história do jongo e são exibidos filmes sobre a tradição jongueira. Ao final da visita realiza-se uma pequena roda de jongo com a participação das crianças por meio do desenvolvimento de trabalhos pedagógicos na Casa do Jongo, o grupo ressignifica o espaço transformando-o em lugar de memória do passado escravista e das lutas dos descendentes de escravos pela valorização de sua história e patrimônio.

A Casa do Jongo tem um calendário mensal que abrange desde atividades para arrecadar fundos para a manutenção do espaço como por exemplo, o animado bingo que acontece mensalmente e reúne vizinhos e amigos. E a famosa feijoada servida todo mês. Os membros do grupo são quem organizam e planejam as atividades, além de dividirem as tarefas e responsabilidades da Casa. A agenda do grupo segue a agenda da Casa do Jongo, acrescida de apresentações dentro e fora do município.

O grupo integra também o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, um programa desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense em parceria com dezesseis comunidades jongueiras do Sudeste, e o IPHAN. Segundo informações do sítio eletrônico do programa “Enquanto proposta de articulação e fortalecimento das comunidades jongueiras, o programa procura mediar e atender necessidades e demandas das comunidades pertencentes aos "territórios jongueiros"”¹⁰.

A roda de jongo de pinheiral é composta musicalmente por dois tambores chamados de *Tambor Grande* e *Candongueiro*. O *Tambor Grande* é feito de barril de

¹⁰ Disponível em: <<http://www.pontaojongo.uff.br/acao-coletiva>> acessado em julho de 2013

vinho enquanto o *Candongueiro* é feito de tronco de árvore escavado. Ambos são encourados com pedaço de coroa fixado com pregões nas extremidades. O grupo utiliza também o *Macuco*, que é um pedaço de pau de madeira usado para bater na base do *Tambor Grande*. Os tambores são afinados no calor da fogueira.

O grupo tem como padroeira Nossa Senhora Sant'ana e mantém a tradição da festa de Nossa Senhora Sant'ana que é realizada desde que Pinheiral ainda pertencia ao município de Pirai. Nossa Senhora Sant'ana é a padroeira de Pirai e tem muitos seguidores no emancipado município de Pinheiral. A festa acontece no dia 26 de julho e tem participação de toda a comunidade.

Com o cair da noite o grupo sai da casa com a imagem de Nossa Senhora Sant'ana da Casa do Jongo em direção a uma pequena praça. O grupo sai na procissão carregando além da imagem da santa, velas, tochas e flores. A procissão é animada por cânticos á nossa senhora e fogos de artifício. Durante o pequeno trajeto da Casa do Jongo até a praça, a rua estreita e com intenso tráfego de ônibus, é interditado por membros do próprio grupo e por amigos que acompanham a procissão. Eles vão na frente do cortejo sinalizando para que carros e ônibus desviem para outra pista, além de orientar também as pessoas que estão na procissão. Ao chegar na praça, a imagem de nossa senhora é colocada em um altar improvisado que é enfeitado com flores e iluminado pelas velas e tochas que acompanhavam a procissão. Parados em frente ao altar, os devotos rezam uma ladainha para Nossa Senhora Sant'ana. Ao término das rezas tem início a festa que começa, claro, com uma roda de jongo. Enquanto a roda acontece, outros membros do grupo e alguns vizinhos se ocupam em distribuir os quitutes da festa. Todas as comidas servidas durante a festa são feitas e levadas pelos vizinhos. A comunidade Jongueira se responsabiliza pelos caldos e por parte das bebidas, as demais guloseimas são preparadas pelos vizinhos e participantes da festa. Fatinha conta que participa da festa desde a sua infância e que sempre teve esse caráter comunitário, onde cada um que vai participar leva um prato de doce/salgado ou um refrigerante. A festa atrai jongueiros, admiradores e devotos de diversas regiões do vale do café. No final da festa a imagem de Nossa Senhora Sant'ana é guardada na casa de D. Filinha e só é devolvida no dia seguinte. Gracinha conta que D. Filinha é uma vizinha que ficou doente à cerca de 10 anos e que desde então a imagem de Nossa Senhora Sant'ana passa a noite na casa dela como forma de proteção.

7. “COM TANTO PAU NO MATO, EMBAÚBA É CORONEL”¹¹ – JONGO DE PINHEIRAL E SUA POSTURA POLÍTICA

O grupo atualmente mantém uma presença feminina muito marcante, são as “Três Marias” que estão a frente do grupo e presentes nos mais diferentes grupos políticos e sociais. Essa estruturação da comunidade jongueira de Pinheiral me chama a atenção por ter à frente do grupo mulheres como líderes. Em uma sociedade ainda patriarcal, ter mulheres como referência, à frente de uma manifestação tradicional que remonta à época onde somente a vontade do homem prevalecia, é no mínimo instigante. Elas são respeitadas e presentes no movimento político e cultural da cidade, fazendo com que o jongo e toda a sua tradição permeie as diversas instâncias governamentais. O grupo tem uma articulação e participação política muito ativa, fazem parte dos conselhos municipais de cultura, educação, igualdade racial e direitos humanos da cidade de Pinheiral. Fatinha, em especial, é presença certa nas reuniões de ponto de cultura realizadas pelo Estado, nos encontros nacionais e regionais onde se discuta cultura popular. Como por exemplo, a etapa municipal da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial que aconteceu no mês de julho em Pinheiral, teve como uma das organizadoras, representando a sociedade civil, Fatinha e Meméia. Segundo relato de ambas, as reuniões de organização para essa conferência, aconteceram na Casa do Jongo – nome pelo qual é conhecido o local onde acontecem as atividades do grupo Jongo de Pinheiral.

O grupo é reconhecido e homenageado em diversas regiões do estado, como por exemplo no município de Piquete, no estado de São Paulo, que no ano de 2008, concedeu uma homenagem ao grupo, em reconhecimento ao trabalho que é feito de divulgação e preservação do jongo na região do vale do café. Em reconhecimento a esse trabalho, foi entregue na câmara de vereadores de Piquete uma moção de aplauso¹². No ano de 2012, o atual governo tomou ciência da homenagem feita ao Jongo de Pinheiral por outro município e tratou de providenciar também uma moção de aplauso para a comunidade jongueira. A homenagem foi feita em junho de 2012 em cerimônia realizada na câmara de vereadores de Pinheiral. No início do mês de dezembro de 2013, foi aprovada pela câmara municipal de Pinheiral o projeto de lei que cria o dia municipal do jongo na cidade. A data será comemorada todo dia 07 de abril e foi

¹¹ Ponto de Jongo cantado em diversas comunidades - Autoria Desconhecida

¹² Homenagem prestada por membros do poder legislativo em reconhecimento ao bom trabalho desenvolvido no município

escolhida por se tratar da data de aniversário de Benedito Cabiúna (filho do mestre Cabiúna). Como consta na justificativa do projeto de lei:

“O presente projeto de lei tem como objetivo prestar uma justa homenagem ao grupo “Jongo de Pinheiral”, o qual vem mantendo ao longo dos anos a tradição desta atividade cultural trazida à nossa região pelos escravos que aqui chegaram em meados do século XIX, para trabalhar nas fazendas produtoras de café. As manifestações culturais do citado grupo, atualmente se dão durante as festas religiosas, encontros de jongueiros, festas comemorativas, dentre outros eventos e sempre enaltecem o nome de nosso município. A data escolhida, 07 (sete) de abril se dá em virtude de ser o dia do nascimento de José de Oliveira, popularmente conhecido como “Mestre Cabiúna”, que foi o responsável pelo resgate da tradição do Jongo, não apenas em Pinheiral, como também nas cidades circunvizinhas, onde sempre sua presença era solicitada. Ante o exposto, percebe-se que a criação desta data comemorativa encontra-se plenamente justificada, contribuindo para o fortalecimento desta manifestação cultural tão rica e significativa.” (Justificativa do Projeto de Lei nº 044/2013, do vereador Luiz Cláudio Fadul Ferreria, que institui o Dia Municipal do Jongo. Disponível em: <<http://camarapineiral.com.br/arquivos/pdf/projetodelei/20131204170254.pdf>>. Acessado em dezembro 2013

Historicamente, a relação das manifestações populares com as instâncias governamentais, de uma forma geral, sempre foi de dependência e desconhecimento da importância dessas manifestações. Em Pinheiral, segundo relatos dos membros da comunidade jongueira do município, a relação de diálogo entre a prefeitura e as manifestações culturais de uma forma geral, era inexistente. No entanto percebia-se que era sabido da existência do jongo na região e seu poder de mobilização e influência, quando em época de eleição chegavam inúmeros pedidos de apoio e candidatos querendo ter sua candidatura vinculada ao movimento do jongo.

A gestão atual, ainda segundo relato dos membros da comunidade jongueira, aparenta ter interesse maior pelas manifestações culturais da região. Durante minha visita na festa de Nossa Senhora Sant’ana organizada pelo jongo de Pinheiral no mês de julho, vi a presença do prefeito atual da cidade, José Arimathéa. O prefeito permaneceu durante um tempo considerável na festa e entrou na roda de jongo para dançar com a Meméia. Outra experiência que tive e que ilustra essa aproximação das figuras políticas da atual gestão com a comunidade jongueira de Pinheiral, foi a oportunidade que tive de ser apresentada ao diretor de cultura do município, Jorge Luiz, que estava presente na festa com temática dos anos 60, realizada na Casa do Jongo. Falei por alguns poucos minutos com ele, fiz o comentário de que as festas realizadas na Casa do Jongo eram bem bacanas e que a comunidade comparecia. Ele respondeu ao meu comentário dizendo: “nós temos muito carinho aqui pela Casa do Jongo, sempre que dá eu apareço” As 3 Marias falam com muito orgulho da presença dos membros do poder público nas festas que realizam na Casa do Jongo. Dizem que o mais presente é o atual prefeito Arimathéa, que sempre aparece quando é convidado. “E até quando não é convidado!

As vezes a gente nem convida, ele fica sabendo que vai ter jongo aqui e aparece pra dançar” conta Meméia em meio a risadas.

A aproximação vai além do âmbito festivo. Atualmente as principais lideranças do grupo (Fatinha e Meméia) são representantes da sociedade civil no conselho de educação, conselho de igualdade racial, conselho de cultura e de assistência social. A sede do grupo é usada, inclusive, como local para reuniões e encontros de organização dessas conferências. Reuniões essas que têm a participação efetiva das lideranças do grupo, contribuindo com ideias e opiniões. As lideranças têm consciência da importância de sua presença e participação efetiva nos conselhos municipais. Fatinha é a que está mais frequente nas reuniões políticas da sociedade civil, em especial do movimento negro. Durante o período que convivi com o grupo, percebi que ela, e o grupo de uma maneira geral, têm consciência da responsabilidade do governo para com as manifestações, que a presença dessas lideranças no espaço do jongo não as exime de demais responsabilidades.

O grupo me surpreende por seu nível de organização, consciência e independência. Apesar de cobrarem da administração pública os subsídios e apoio necessários para participarem de encontros fora do município e realizar ações de promoção do jongo na região, o grupo promove diversas iniciativas para que a Casa do Jongo permaneça ativa e minimamente auto-sustentável.

O espaço frequentemente é utilizado como lugar de reuniões e debates de caráter político. Notei em minhas visitas na Casa do Jongo que é comum o grupo ser chamado para encerramentos ou abertura de eventos oficiais, como por exemplo, a etapa municipal da III conferência nacional de promoção da igualdade racial, da qual tive a oportunidade de participar, assistindo a apresentação do grupo no encerramento. O envolvimento do grupo nessa conferência foi além de participação como representantes da sociedade civil ou delegados, o grupo teve responsabilidades na organização da conferência. O grupo jongo de Pinheiral foi responsável pela ornamentação do espaço onde aconteceu a conferência, Centro Municipal de Ensino Roberto Silveira.

Nas entrevistas, nas falas da maioria dos participantes é possível perceber que eles são unidos e lutam por suas causas, se ajudam. O envolvimento do grupo de Pinheiral com o Movimento Negro de Volta Redonda trouxe para o grupo uma característica política, a partir da qual teve início a luta por direitos civis, a luta contra o preconceito racial. Essa consciência política, aliada ao jongo, forma uma bandeira de luta para a reivindicação de um patrimônio material e conservação de patrimônio

imaterial.

8. “NO VARJÃO DE PINHEIRAL, JACARÉ TÁ DADO CRIA”¹³ – SALVAGUARDA DO JONGO EM PINHEIRAL

O principal objetivo do grupo Jongo de Pinheiral é manter viva a prática do jongo na região através da valorização da história local. Através das atividades de valorização do jongo o grupo pretende trabalhar a autoestima das crianças e promover a cultura dos afrodescendentes na região. O grupo almeja também a estruturação completa da sede para o jongo de Pinheiral.

Foi através do Jongo, no ano de 2005, que o grupo de Pinheiral se tornou um ponto de cultura. Na sede do ponto de cultura, conhecido como Casa do Jongo, existe uma sala de informática que tem por intenção capacitar os integrantes do grupo e instrumentalizar os jovens. Nas paredes estão fixadas todas as lutas do grupo pela posse do casarão da antiga Fazenda do Pinheiro, os incêndios, assim como também vários cartazes recordando os encontros jongueiros. A sala principal está ornamentada com instrumentos musicais usados no jongo, e também como outros elementos ligados à música negra, que em sua maioria foram doados por vizinhos e moradores antigos. Todos os elementos presentes na sede do grupo nos contam a sua trajetória, seus valores, seus objetivos e revelam principalmente a força política e social que um patrimônio cultural imaterial pode ter. O grupo acredita no bom lugar que a cultura, a identidade e a diferença podem ocupar no resgate da memória afro do município de Pinheiral. E que esse lugar será alcançado por meio da relação entre a escola e o jongo.

Em 2009 O grupo Jongo de Pinheiral fez parte do projeto Interações Estéticas, uma ação do MinC em parceria com a FUNARTE que realiza troca de experiências por meio de residências artísticas em pontos de cultura

Neste projeto o Jongo de Pinheiral estabeleceu parceria com o Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha. Nasceu desse encontro um jogo chamado Mapa Vale do Café. O jogo é um tabuleiro feito de tecido que simboliza um mapa do Vale do Café/Rio de Janeiro e é composto por um grande círculo central que apresenta de um lado o contorno do mapa da cidade de Vassouras e, do outro lado, o contorno do mapa da cidade de Pinheiral. Esse círculo se agrega a círculos menores que mostram, com pinturas, os caminhos, traçados através do tempo, das 12 cidades que formam o Vale do

¹³ Jongo do Mestre Cabiúna- Pinheiral/RJ

Café. Mostra o caminho de água (rio Paraíba), o caminho de terra, caminho de ferro e caminho de asfalto. Esse jogo permite que as crianças percebam de forma lúdica a importância da região onde vivem, Vale do Café, e como ela é constituída. Fatinha destaca que a maior parte da população trabalha em municípios vizinhos a Pinheiral e que através do mapa as crianças identificam os locais onde trabalham pais, mãe, tios e tias.

No ano seguinte em 2010, também pelo Interações Estéticas, realizaram o projeto *Tecendo e Contando a História que Não Foi Contada*. O projeto tem parceria com a artista plástica e contadora de história Aressa Rios e trata-se da confecção artesanal de três livros e um painel, ambos feitos com tecido. Um dos livros relata contos africanos, o outro conta a história do jongo e o terceiro conta a história do negro trazido da África até a abolição no Brasil. Os livros são confeccionados com tecido, e ilustrados através de bordados. O painel, também confeccionado com bordados e panos, fala das comunidades jogueiras do vale do Paraíba e da importância do rio Paraíba.

Fatinha diz que elas (as três irmãs) trabalham falando sobre o negro desde os anos 80, quando começaram a lecionar. Sempre trabalharam com a temática afro de forma a resgatar a história e incentivar a autoestima das crianças negras. O espaço escolar é entendido como um local privilegiado para a valorização da pluralidade cultural e combate contra a discriminação racial. Para as lideranças do grupo Jongo de Pinheiral, o processo de formação escolar é encarado como de extrema importância no processo de valorização e reconhecimento das identidades negras em Pinheiral.

Um dos projetos que a comunidade acredita ser importante para a preservação do jongo em Pinheiral, é a edição de um livro que conte a história do jongo na cidade de Pinheiral de forma a ser também registro e difusão dos pontos de jongo da comunidade jogueira de Pinheiral. Segundo Meméia, esse livro é pensado com o objetivo de levar para dentro da sala aula a cultura do jongo. A ideia é distribuir esse livro nas escolas e na biblioteca do município para que as crianças tenham um material lúdico e didático como fonte de pesquisa sobre o jongo de Pinheiral. Durante várias conversas com Fatinha ela demonstrou-se preocupada com o fato das letras dos pontos de jongo de Pinheiral não estarem gravadas e em CD/DVD e nem impressas/registradas em um livro.

Percebo que a formação profissional das três Marias trouxe a possibilidade de trabalhar pedagogicamente a história e a cultura de um povo subjugado por uma história parcial. Uma pedagogia cuja proposta é tratar de modo positivo a História e a Cultura

Afro Brasileira, não encarando o jongo como manifestação folclórica, pois para elas a ideia de folclore não positiva e não reconhece a importância o jongo enquanto cultura rica e diversificada.

O outro grande desejo do grupo para preservação do jongo em Pinheiral é o uso do espaço das ruínas do antigo casarão. As ruínas serão por eles utilizadas, caso consigam um parecer positivo, para que o passado escravista não seja esquecido e para celebrar a herança cultural de seus antepassados. O grupo pretende usar a sede da antiga fazenda para construir projetos e ações de capacitação profissional e fortalecimento da identidade negra, ampliando as possibilidades de ações coletivas.

Percebo que as ruínas do casarão da antiga Fazenda do Pinheiro e o Jongo se unem dentro da comunidade jongueira de Pinheiral para se tornarem uma bandeira de luta por direitos civis, por direito à terra. Toda a presença dos Breves na região e a presença de escravos jongueiros emoldura a memória dos descendentes da última geração de escravos na região. A experiência escrava e comunitária dos seus antepassados se mantém presente na memória do grupo de Pinheiral através de relatos sobre as histórias e trajetórias familiares no pós-abolição e da fundamental continuidade do jongo, como patrimônio e identidade. Nas falas das pessoas que conversei é possível perceber uma preocupação com a continuidade do Jongo, pois esse patrimônio é o bem que conta as histórias dos antigos africanos que foram escravizados, libertos e que escrevem assim parte fundamental da história de Pinheiral.

O diálogo entre a mais nova e a antiga geração de jongueiros é uma constante no cotidiano do grupo e percebido já à algum tempo por diversos outros grupos jongueiros. Percebendo a necessidade de preservação, veio a necessidade de mudança em alguns aspectos como, por exemplo, a não proibição de crianças nas rodas de jongo. Antes os jongos que eram recheados de *mirongas* (magias) e disputas, não podiam ser frequentados por crianças, pois essas disputas eram consideradas perigosas. A partir do momento que as comunidades começaram a atentar para a importância de se passar a tradição a diante para a preservação do jongo, foi permitida e estimulada a presença de crianças nas rodas, para que surgisse nelas a vontade de preservar.

A preocupação em passar o conhecimento e a tradição do jongo para os mais novos é uma questão trabalhada em outras comunidades jongueiras, como a da Serrinha, que mantém uma escola de jongo no morro da Serrinha em Madureira, zona norte do Rio de Janeiro.

O reflexo mais amplo dessa preocupação foi a criação da Rede de articulação de

Jovens Jongueiros do Sudeste. A rede tem a finalidade de reunir os jovens das 16 comunidades jongueiras do Sudeste, para debater e construir estratégias para a preservação do jongo. Segundo o site do Pontão de Cultura Jongo/Caxambu:

A Rede de Articulação de Jovens Jongueiros do Sudeste surgiu a partir de uma sugestão dos jongueiros reunidos na II Noite de Jongo, realizada entre 22 e 24 de outubro de 2010, em Vassouras/RJ. O evento reuniu 95 jovens das comunidades com o objetivo de incentivar sua participação no processo de salvaguarda e na divulgação do jongo. As lideranças jovens decidiram realizar reuniões periódicas, a fim de traçar propostas para o fortalecimento do grupo. (Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/iv-encontro-de-jovens-liderancas-jongueiras>. Acessado em dezembro 2013)

Um dos muitos desdobramentos da Rede de Articulação de Jovens Jongueiros do Sudeste foi a oficina de desenvolvimento de projetos comunitários e elaboração de projetos, que aconteceu em novembro de 2008 na Casa do Jongo em Pinheiral. Segundo o sítio eletrônico do pontão jongo-caxambu:

“O objetivo principal era mostrar aos jovens que as comunidades já desenvolvem projetos culturais, e que escrever o projeto é, na verdade, apenas a transcrição formal de uma ideia que já existe. Nesse sentido, os editais públicos se apresentam como alternativa de obtenção de recursos para a manutenção e ampliação destas atividades. (...) Os jovens foram recebidos pelo Centro de Referência Afro do Sul Fluminense (Creasf), o Ponto de Cultura local cujas ações de promoção da cultura negra são muito reconhecidas na comunidade. (sítio eletrônico do Pontão Jongo. Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/oficinas-de-desenvolvimento-de-projetos-comunitarios-e-de-elaboracao-de-projetos-pinheiralrj>. Acessado em dezembro 2013

Temos na comunidade de Pinheiral o exemplo de João Paulo de 28 anos, filho de Meméia, que teve papel fundamental na construção da Rede de Articulação de Jovens Jongueiros. João Paulo conta que Fatinha, sua tia, sempre o levava junto com o primo Pablo para as reuniões de jongueiros e do movimento negro que aconteciam em Pinheiral e em outros municípios próximos. João Paulo diz que se envolveu de verdade com o jongo de Pinheiral por volta dos 19 anos quando sua tia Fatinha o solicitou que escrevesse um projeto com ela.

“eu gostava muito de ficar no computador e minha tia não entendia muito dessas coisas de computador, informática e então ela pediu que eu a ajudasse a escreve um projeto com ela na internet. Não sabia nem o que era um projeto direito, não sabia muito bem o que estava fazendo, mas estava lá escrevendo o que minha tia pedia.”.

Conta João Paulo em meio a risos. Esse projeto era a inscrição do jongo de Pinheiral

como Ponto de Cultura. Perguntei a João Paulo como era a participação dele nas rodas antes do ponto de cultura e ele respondeu que nas apresentações ficava só olhando, ajudava na organização da apresentação, mas que não entrava e nem tocava o tambor. “Se faltasse um membro do grupo e estivesse precisando de homem na roda eu até entrava, mas na maioria das vezes ficava de fora olhando.” João Paulo conta que alguns meses depois de ter escrito o projeto junto com a tia pela internet, Fatinha chegou toda contente para contar a boa nova: o projeto havia sido aprovado e o grupo jongo de Pinheiral seria um Ponto de Cultura. João Paulo então foi pesquisar, se inteirar do que era de fato ser um Ponto de Cultura e decidiu se envolver mais na rotina do grupo. No ano de 2010 João Paulo participou do III Fórum Nacional de Pontos de Cultura, que aconteceu dentro do evento chamado “Teia – Tambores Digitais”. O Teia é uma ação do MinC que reúne manifestações culturais de diversas regiões do Brasil e na edição de 2010 foi feita uma homenagem aos jovens jongueiros das comunidades do sudeste. Durante o evento João Paulo propôs que acontecessem encontros entre as juventudes, para discutir questões de juventude como gravidez na adolescência, sexo, etc. A sugestão de João Paulo foi muito bem recebida e com a promessa de ser colocada em prática. Nas reuniões seguintes dos grupos jongueiros, que João Paulo sempre ia acompanhando a tia, ele sempre questionava quando os encontros de juventude seriam postos em prática. No ano seguinte, em 2011, houve o I Encontro de Juventudes Jongueiras no quilombo São José da Serra. Desde então, os encontros se tornaram periódicos, organizados a partir de temas sugeridos pelos próprios jovens. Os encontros acontecem em forma de intercâmbio, nas comunidades jongueiras e em 2013 alcançou a sua 10ª edição. João Paulo conta que os últimos quatro encontros houveram oficinas de capacitação em audiovisual. A intenção dessas oficinas de capacitação é munir os jovens com conhecimentos técnicos para que tenham condições de produzir filmes e realizar gravações de audiovisual das comunidades onde vivem. João Paulo diz que o áudio visual é uma forma atrativa de envolver os jovens nas questões da comunidade e uma ferramenta muito importante para a salvaguarda e registro do jongo.

Percebemos com o relato de João Paulo uma produção de autonomia dos jovens como sujeitos de transformação, capazes de se fazer ouvir e colocar em prática ações que tem como objetivo sanar os anseios dos próprios jovens. A Rede expressa também um processo de empoderamento das juventudes jongueiras em uma tradição que é baseada na hierarquia. Todas as propostas da Rede de Juventude são submetidas a debates entre os jovens e os mestres e nesse sentido notamos um diálogo mais horizontalizado dos jovens, sendo compreendidos enquanto agentes ativos e seres

políticos.

Fatinha desenvolve um trabalho na escola E.M Cortini Cerqueira em Barra do Piraí onde é professora. O projeto se chama Memórias do Cativo e é executado com base na lei 10.639 nela os alunos aprendem a história do jongo de Barra do Piraí e a cultura do negro de uma forma geral. A comunidade jogueira de Pinheiral tem uma preocupação não apenas de fazer com que a tradição e o conhecimento sobre o jongo passe para as outras gerações, mas principalmente a forma com essas tradições são passadas para os mais novos. “As crianças têm que entender porque estão dançando jongo, qual a importância dele” conta Fatinha, que fala também que as crianças que participam do projeto se apresentam em outras escolas de Barra do Piraí, em praças públicas, e que são convidadas a se apresentar em festas realizadas pela Prefeitura de Barra do Piraí. Conta que eles já se apresentaram também na festa do município de Pinheiral.

**“VOU CAMINHANDO DE VAGAR, SOU VELHO NEGRO CANÇADO, VOU CAMINHANDO DE VAGAR, EU NÃO POSSO ANDAR CORRENDO”¹⁴ -
CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O período que permaneci frequentando o município de Pinheiral, mais especificamente a Casa do Jongo, pude perceber que eles conhecem a sua força, a capacidade de lutar, de se ajudarem nos problemas sociais que enfrentam. Que através dessa ajuda mútua lutam contra a discriminação, o preconceito, seja em situações cotidianas, seja no trabalho, dentro dos colégios e universidades. A memória de africanos que aqui foram escravizados cria uma identidade que os une em torno da preservação de um patrimônio imaterial, o jongo. E esse se torna um instrumento de luta por direitos civis. O jongo tem papel central para a comunidade de Pinheiral, é em torno dele que se fundamenta a luta e identidade do grupo. A união do patrimônio imaterial com o patrimônio material na conquista do reconhecimento, caracteriza o grupo de jogueiros de Pinheiral de uma forma muito peculiar, confeccionando assim parte de sua identidade.

O grupo jongo de Pinheiral percebe na pedagogia uma forte ferramenta de difusão do jongo entre os mais novos. O grupo, através de diversas ações lúdicas, introduz no universo infantil alguns elementos característicos do jongo, como o tambor,

¹⁴ Jongo do Mestre Cabiúna- Pinheiral/RJ

a saia rodada e o turbante na cabeça. Dessa forma, conseguem fazer com que as crianças desenvolvam identificação e reconhecimento de tais elementos como pertencentes à história da cidade onde moram, rompendo em alguma medida com a maneira como a sociedade brasileira encara o negro e toda sua produção intelectual e artística. Essas ações realizadas com os mais novos também trabalham no sentido de desmistificar para esses, através de linguagem cotidiana, que a cultura popular é inferior e pejorativa e reforçar que esta é tão importante e deve ser respeitada assim como as demais. As três Marias são educadoras e têm um discurso único onde afirmam que nenhum preconceito e intolerância se instalam onde existe o conhecimento. Todas as manifestações devem ser respeitadas e reconhecidas por aquilo que são capazes de produzir, seus conceitos, sua cultura e, conseqüentemente, suas tradições. É legítima e saudável a afirmação de suas tradições culturais nativas, assim como também é fundamental a recuperação de suas histórias subjugadas (Prandi,1996). A cultura é colocada de maneira diferente nas várias instâncias sociais, políticas e econômicas, assim como também é encarada de maneira desigual pelos diversos grupos sociais, devido às relações desniveladas de poder.

A complexidade de definição e delimitação do que se chama de cultura popular reflete ainda hoje as ações do Estado e a maneira restrita com que encara a salvaguarda das manifestações tradicionais. Durante essa pesquisa, percebi que quando se pensa preservação cultural do jongo em Pinheiral, pensa-se em meios de como manter viva e preservada essa expressão cultural. Há ausência de ações concomitantes que reflitam sobre os demais aspectos da vida social dos responsáveis em prover tal manifestação. Demais ações essenciais para a boa condição de vida dos mestres jogueiros, como saúde, acesso a moradia, educação e direitos civis de uma forma geral, não são abordadas em conjunto. Há a ideia de que o mestre de cultura popular vive exclusivamente do fazer da cultura popular - o que seria o “mundo ideal”, diga-se de passagem. Mas não é essa a realidade. Os mestres jogueiros, e todos os demais mestres das culturas populares, cidadãos detentores de direitos como qualquer outro e, como tal, precisam ter acesso à educação, a saúde, a seguridade social e todos os demais direitos que concernem os cidadãos brasileiros. Pensar isoladamente o fazer cultural, a expressão artística e não pensar concomitantemente a vida social desses mestres e comunidades tradicionais faz com que muitos dos projetos, programas e leis destinados à preservação das manifestações culturais, não tenham o devido êxito. A educadora Mônica Sacramento, que fez parte da equipe de coordenação do Pontão de Cultura

Jongo/Caxambu no período de 2008 a 2012, em entrevista concedida para triangulação das informações coletadas para essa pesquisa, pontuou que as políticas não incidem estruturalmente na vida das pessoas de forma abrangente. Para manifestar a cultura que lhes dá identidade, elas precisam comer, precisam beber, precisam estar bem de saúde. Temos que criar um diálogo entre política de valorização e outras políticas, simultaneamente. Sem essa intersectorialidade, mesmo com o reconhecimento e a presença do estado nas comunidades jongueiras, o fazer artístico e conseqüentemente sua manutenção e preservação deste não acontece de forma eficaz.

Diante de tudo o que foi apresentado, acredito que as ações que tem como objetivo a salvaguarda das manifestações culturais, tem poder e impactos muito maiores quando realizadas em consonância com demais políticas públicas que contemplam a defesa e garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. Dossiê IPHAN 5: jongo do sudeste. MINC: IPHAN, 2007 disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=722>>.

Acessado em agosto de 2013

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade . Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo,1997.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999. *Espetacularização e canibalização das culturas populares*. In: *Anais do I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares e do II Seminário de Políticas Públicas para as Culturas Populares*. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Ministério da Cultura, 2007. P. 78-101.

FREIRE, Paulo **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **A indústria cultural**: o Iluminismo como mistificação das massas. In: _____. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2005/1144>

LARA, Silva Hunold, PACHECO, Gustavo. (Org.). 2007. *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP:CECULT, 2007.

MONTEIRO, Elaine e SACRAMENTO, Mônica. *Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu: Ação Coletiva e Identidade Negra em Comunidades Tradicionais*. Trabalho apresentado no X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.

Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto – 4 a 9 de fevereiro de 2009.
Universidade do Minho – Portugal. In: ___Plano de Salvaguarda do jongo no sudeste.

NATURA Jongos do Brasil.2005

O lugar da cultura tradicional na sociedade moderna. In: Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate. 2ª edição. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 2000. P.23-38.

PRANDI, Reginaldo e PIERUCCI, Antônio Flávio . A realidade social das religiões no Brasil. Hucitec, 1996.

PRANDI, Reginaldo. REVISTA USP, São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000

REDE DAS CULTURAS POPULARES E TRADICIONAIS. *Carta de princípios*. 2012. Disponível em: <<http://www.famalia.com.br/?p=10169>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado) Câmara Municipal de Pinheiral. Projeto de Lei nº 044/2013. Propõe o Dia Municipal do Jongo. Vereador Luiz Cláudio Fadul Ferreria. Disponível em: <<http://camarapineiral.com.br/arquivos/pdf/projetodelei/20131204170254.pdf>>. Acessado em dezembro 2013

RIO DE JANEIRO (Estado) Prefeitura Municipal de Pinheiral, Secretaria de Governo. Lei nº 708, de 04 de setembro de 2013. Institui o dia Municipal do Jongo.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: _____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964*. Rio de Janeiro: FUNARTE: Editora FGV, 1997.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 615 p.

ANEXO A – Lei que institui o dia municipal do jongo em Pinheiral



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRAL
SECRETARIA DE GOVERNO

LEI N.º 708, DE 04 DE SETEMBRO DE 2013.

Institui o Dia Municipal do Jongo, e determina outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRAL;

Faço saber que a Câmara Municipal de Pinheiral aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

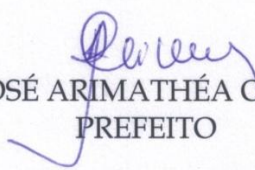
Art. 1º - Fica instituída a data de 07 (sete) de abril como o “Dia Municipal do Jongo”.

Art. 2º - O Município de Pinheiral, através dos Poderes Executivo e Legislativo, ficam autorizados a realizar eventos promovendo a divulgação do “Dia Municipal do Jongo”.

Parágrafo único - A Câmara Municipal de Pinheiral, nos termos de seu Regimento Interno, poderá realizar nesta data uma Sessão Solene em homenagem ao Grupo de Jongo de Pinheiral.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Pinheiral, 04 de setembro de 2013; 18º ano da emancipação político-administrativa do Município.


JOSÉ ARIMATHÉA OLIVEIRA
PREFEITO

CERTIFICO que este documento foi objeto de publicação no informativo Oficial do Município de Pinheiral - RJ.

Ano XVII de 15 / 09 / 13 nº 376

Prefeitura Municipal de Pinheiral
Secretário Municipal de Governo

ANEXO B – Projeto de lei que propõe o dia municipal do jongo em



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Pinheiral

PROJETO DE LEI Nº 044/2013.

Ementa: Institui o Dia Municipal do Jongo, e determina outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRAL;

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a data de 07 (sete) de abril como o "Dia Municipal do Jongo".

Art. 2º - O Município de Pinheiral, através dos Poderes Executivo e Legislativo, ficam autorizados a realizar eventos promovendo a divulgação do "Dia Municipal do Jongo".

Parágrafo único - A Câmara Municipal de Pinheiral, nos termos de seu Regimento Interno, poderá realizar nesta data uma Sessão Solene em homenagem ao Grupo de Jongo de Pinheiral.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara do Município de Pinheiral, ____ de _____ de 2013; 18º ano da emancipação do Município.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como objetivo prestar uma justa homenagem ao grupo "Jongo de Pinheiral", o qual vem mantendo ao longo dos anos a tradição desta atividade cultural trazida à nossa região pelos escravos que aqui chegaram em meados do século XIX, para trabalhar nas fazendas produtoras de café.

As manifestações culturais do citado grupo, atualmente se dão durante as festas religiosas, encontros de jongueiros, festas comemorativas, dentre outros eventos e sempre enaltecem o nome de nosso município.

Pinheiral

*Rua 15 de Novembro, nº 080, bairro Rolamão, Pinheiral – RJ, CEP: 27197-000
Tel. Fax (024) 3356 2849 – e-mail: camarapineiral@bol.com.br*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Câmara Municipal de Pinheiral

A data escolhida, 07 (sete) de abril se dá em virtude de ser o dia do nascimento de José de Oliveira, popularmente conhecido como "Mestre Cabiúna", que foi o responsável pelo resgate da tradição do Jongo, não apenas em Pinheiral, como também nas cidades circunvizinhas, onde sempre sua presença era solicitada.

Ante o exposto, percebe-se que a criação desta data comemorativa encontra-se plenamente justificada, contribuindo para o fortalecimento desta manifestação cultural tão rica e significativa.

Luiz Cláudio Fadul Ferreira
Vereador

ANEXO C – Monção de aplauso concedida pelos municípios de Pique e Pinheiral



ANEXO D – Jogo lúdico resultado do projeto Interações Estéticas

